

Bruna Aparecida Cândido
Universidade Federal de Viçosa

**JUVENTUDE, ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA: NOTAS DE
PESQUISA.**

Trabalho apresentado no V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), no Grupo de Trabalho “Culturas juvenis na escola”, ocorrido entre os dias 23 e 25 de julho de 2017, na Universidade de Brasília.

Co-autor: Diogo Tourino de Sousa.

JUVENTUDE, ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA: NOTAS DE PESQUISA¹

Bruna Aparecida Cândido² (autora)

Diogo Tourino de Sousa³ (coautor)

Resumo: A ampliação do acesso ao ensino público conferiu centralidade à escola enquanto espaço de sociabilidade para a juventude brasileira, sobretudo sua parcela oriunda das classes populares. Ao mesmo tempo, a dispersão das instituições de ensino pelos distintos territórios da cidade, ou mesmo sua inscrição no sistema privado, vem manifestando a fragmentação dos espaços de convívio e diminuta interação entre os diversos grupos sociais. O presente estudo parte da hipótese de que a escola pública constitui, hoje, um espaço de construção de laços de sociabilidade para a juventude, figurando como importante instituição para a vida democrática. A pesquisa apresenta dados levantados no município de Viçosa-MG, oriundos de um *survey* sobre cultura política entre os jovens do ensino médio de quatro escolas públicas, de questões levantadas a partir de entrevistas qualitativas com uma amostra intencional construída a partir das categorias “engajamento” e “não-engajamento” entre os estudantes das escolas, bem como da realização de grupos de foco com os estudantes acerca dos temas cotidianos da democracia e da vida escolar. Em linhas gerais, o estudo aponta a escola como um espaço no qual o encontro com o outro pode contribuir para o fortalecimento da comunidade e para o incremento de arranjos mais democráticos de participação e sociabilidade.

Palavras-chaves: Democracia; Escola pública; Juventude; Sociabilidade.

Introdução

O presente trabalho apresenta dados da pesquisa intitulada “Um ideal normativo para a democracia presente: a escola pública como espaço de convívio comum” (FUNARBIC – 2017/2018), que vem sendo realizada no âmbito de quatro escolas públicas no município de Viçosa-MG. O estudo objetiva dar centralidade à condição da juventude em suas vivências e relações desenvolvidos nos espaços públicos da cidade, problematizando as possibilidades de convívio entre diferentes grupos sociais, suas relações com a instituição escolar e com o andamento da democracia.

¹ O presente trabalho foi elaborado para apresentação no V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), no Grupo de Trabalho “Culturas juvenis na escola”, ocorrido entre os dias 23 e 25 de julho de 2017, na Universidade de Brasília. Os autores agradecem à coordenação do GT pela acolhida da proposta, bem como pela oportunidade de discussão.

² Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), bolsista de Iniciação Científica da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBIC – 2017/2018) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Intelectuais, Democracia e Vida Pública. E-mail: brunacandido@hotmail.com

³ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (DCS/UFV), doutor em Ciência Política (IESP/UERJ), e coordenador do Laboratório de Estudos Intelectuais, Democracia e Vida Pública. E-mail: diogotourino@gmail.com

Na pesquisa, os jovens são pensados como “sujeitos sociais”, seguindo a definição proposta em Dayrell (2003), sujeitos dotados de experiências a partir de suas origens familiares, das relações e espaços que frequentam.

Diante disso, a instituição escolar é um lugar privilegiado entre os espaços públicos da modernidade, em razão da ampliação do acesso à educação pública para as camadas populares e a dispersão da escola pelos territórios da cidade (BURGOS, 2012). No entanto, o processo de massificação não eliminou a fragmentação da cidade em distintos territórios, característica manifesta na diminuição do convívio entre os distintos grupos sociais (BRUGOS, 2005).

A preocupação proveniente dessa dinâmica social advém do consequente individualismo presente na modernidade, conforme sugestão de Charles Taylor: “centrar-se a si mesmo, que tanto nivela quanto restringe nossa vida, tornando-a mais pobre em significado e menos preocupada com os outros ou com a sociedade” (TAYLOR, 2011, p.14). Em outras palavras, a preocupação e a busca pela realização do *self* moderno em uma sociedade com alta complexidade e de relações fragmentadas pode não gerar o sentimento de pertencimento à uma comunidade, conforme observado em arranjos sociais anteriores.

Ainda de acordo com Taylor (2011), é essa centralidade do *self* que contribui para a não participação na vida democrática diante de fenômenos como a racionalização instrumental e a autorrealização do sujeito pensada como autocentramento. O argumento do autor conduz ao questionamento de como fomentar nas sociedades democráticas contemporâneas o surgimento de um indivíduo apto para o convívio comum. Nesse aspecto, a presente pesquisa pretende pensar a instituição escolar como um espaço de convívio, na linha aberta pelo filósofo norte-americano Michael Sandel. Conforme aponta o autor, apenas a existência de espaços dessa natureza seria capaz de permitir a criação de formas mais democráticas de deliberação para além do ideal liberal da neutralidade: “se deliberar sobre o que é bom para mim envolve refletir sobre o que é bom para as comunidades às quais minha identidade está ligada, talvez a ideia de neutralidade seja equivocada. Pode não ser possível, nem mesmo desejável, deliberar sobre justiça sem deliberar sobre vida boa” (SANDEL, 2012, p. 296).

A fragmentação da comunidade pode ser percebida também na existência de distintos territórios nas cidades, com desigual acesso aos direitos (BURGOS, 2005). A instituição escolar inserida nessa lógica, traduz as influências tanto de relações exteriores, como a família, amigos, os grupos religiosos e as referências culturais, quanto

a decisiva influência da desigualdade dos territórios da cidade. Em outras palavras, além de pensar a escola como espaço de convívio, devemos pensar as escolas e seus territórios, mostrando como a replicação das assimetrias da cidade em sua conformação territorial atinge, também, as escolas, fazendo com que as mesmas figurem como espaços igualmente fragmentados de convívio.

Com isso, a intenção é analisar se as relações sociais estabelecidas no cotidiano são constituidoras de laços, e se estes, por conseguinte, propiciam algum incremento para a vida democrática.

O papel da instituição escolar na juventude.

Paiva (2013) busca em sua pesquisa qual a condição de ser jovem no contexto de redemocratização, abordando temas pertencentes a cidadania, a vida política e cotidiana. Dessa forma, ao longo de seu estudo a autora encontra no sistema educacional um papel necessário para o processo democrático, pelo seu espaço de formação e exploração da reflexividade dos jovens. Mas a diferença entre as diversas realidades escolares revela, com efeito, o abismo existente entre a efetividade escolar em seu papel inicial, o pedagógico, fazendo com que questionemos se o papel socializador da escola, sendo um espaço para criação de vínculos, pode estar sendo contemplada.

Um dos horizontes da pesquisa é discutir a sociabilidade dentro da instituição escolar. A proposta é pensar a experiência dos jovens em processos cotidianos, como a produção de consensos junto à direção da escola, envolvendo, por exemplo, instâncias mediadoras, como o grêmio estudantil e os representantes de turma. Aqui surgem questões como a diminuta participação, ou mesmo o modo refratário como a direção se comporta em algumas situações.

Além das relações dentro do ambiente escolar, a pesquisa tenta dimensionar as redes que perpassa a formação do indivíduo, responsáveis pela conformação da sua atuação nos espaços a partir de experiências cotidianas. Em estudo que constitui marco teórico do debate estabelecido na pesquisa, Dayrell retrata os modos de ser jovem na atualidade, constatando que os grupos onde envolvem os jovens são espaços onde “podem afirmar a experiência da condição juvenil” (DAYRELL, 2003, p.49). Nesse sentido, durante sua participação em determinados grupos, esses jovens assumem sua identidade e vivem suas condições de ser jovem.

Segundo Dayrell, as dimensões juvenis são vinculadas às oportunidades oriundas dos capitais cultural, social e econômico obtidos em relação ao local em que estão inseridos, ao âmbito familiar e às experiências vividas. Assim, o jovem que cresceu no centro da cidade, frequentou uma escola de excelência e não precisou trabalhar cedo, manifesta uma dimensão de juventude em muito distinta daquela apresentada pelo jovem que vem de um território marginalizado, e teve que sair da escola com intuito de trabalhar para auxiliar na renda familiar. No entanto, mesmo ante a diferença de contextos sociais, estes jovens ainda buscam frequentar as suas rodas de amigos e se associarem diante suas preferências buscando momentos de lazer (DAYRELL, 2003).

A compreensão da associação em grupos é fortemente vinculada ao engajamento e à ação coletiva. Todavia, para o entendimento da multidimensionalidade da ação coletiva, é preciso avaliar a singularidade da biografia de cada indivíduo, desenvolvida ao longo da sua socialização em contextos locais (NUNO NUNES, et. al. 2016). Assim, podemos entender a instituição escolar como um espaço comum entre os jovens, dada a obrigatoriedade do ensino e a necessária passagem pela escola que configura uma situação comum entre os jovens, mesmo que a experiência destoe em decorrência dos diversos contextos sociais.

O aporte teórico da pesquisa sustenta, com efeito, que a existência de uma dimensão comum de vida cobra, para além das distintas percepções de juventude, a possibilidade de forjarmos espaços nos quais trajetórias de vida diferentes possam conviver. Conforme aponta Sandel,

Não se pode alcançar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão. (SANDEL, 2012, p. 322)

Dessa forma, como a escola se torna um espaço pertencente a vida comum e pode caracterizar hoje o diálogo com a comunidade na qual está inserida, trazendo para dentro dos muros suas peculiaridades, ela se apresenta como uma importante instituição para a democracia (BURGOS, 2012). Isso porque, a escola pode estimular a ação coletiva, já que “a proximidade com outros indivíduos que provem da mesma origem terá tido influência no reforço da ação coletiva” (NUNO NUNES, 2016, p.105).

Desse modo, o grau de importância que aluno tem em relação a escola é para além do aprendizado. A escola constitui um espaço socializador que pode possibilitar mobilidade social e, por conseguinte, o acesso à cidade (BURGOS, 2012).

Porém, no contexto da fragmentação da cidade em distintos territórios, questões caras ao contexto urbanos, como a violência, merecem atenção (BURGOS, 2005). Isso porque, os territórios ganham centralidade ao situar as escolas em lugares que possibilitam acesso distinto aos direitos.

Assim, é necessário repensar se o espaço comum pergunto por sua capacidade de propiciar o debate e a criação de vínculos, por meio de questões como: há na escola uma experiência de vida coletiva? Existe na escola diálogo entre indivíduos diferentes com o objetivo de produzir deliberação?

Visto que os jovens estão inseridos em uma sociedade complexa e com transformações rápidas, e suas expectativas em relação à escola são variantes de acordo com seus objetivos, a escola não é, seguramente, seu único espaço de encontro. Ainda assim, a instituição passa a ser um local para a criação de vínculos de amizade, permitindo a geração de ações coletivas.

Segundo Sposito, existe um desencontro das esperanças que as famílias construíram pela importância dada a educação, com as aspirações juvenis. Em geral, a família dos jovens acredita fortemente nos “benefícios imediatos da instrução para a ascensão social e melhoria das condições de vida” (SPOSITO, 1993, p. 165).

Por sua vez, o “mundo da rua”, importante na socialização do jovem, pois “ruas e esquinas de um mesmo bairro ou em relação aos espaços do centro traduzem diversas formas de viver, conceber e imaginar o tecido social e o uso do espaço” (SPOSITO, 1993, p. 167), proporciona outros espaços de sociabilidade.

Esses aspectos “apontam para a questão da identidade juvenil e o direito a vivenciar a própria juventude como mobilizadores de uma possível participação social” (DAYRELL, et. al. 2010, p. 245). Isto é, a sociabilidade na juventude confere a construção da identidade como sujeito se distinguindo dos demais, ao passo em que se insere na sociedade.

Nesse sentido, a sociabilidade é trazida não somente para o espaço da instituição escolar. Hoje a apropriação do espaço da cidade é parte consistente das formas de criação de vínculos. No entanto, esses espaços aglomeram os sujeitos que possuem entre si algo em comum para estarem se associando. Segundo Paiva,

Parte-se assim de uma primeira hipótese de que a educação universalizada é condição primeira para qualquer tipo de efetiva participação na esfera pública. Foi o que tornou possível tanto a conquista dos vários outros tipos de direitos em acordos políticos que implicaram a ampliação crescente da cidadania (PAIVA, 2013, p. 17-18).

Desse modo, a escola ainda proporciona o maior contato entre indivíduos com contextos sociais e interesses diferentes, de tal forma que a escola figura, sobretudo, como a instituição pública de maior acesso, podendo fomentar vínculos necessários para a consolidação da democracia.

Notas do estudo

Ao longo da pesquisa tem surgido temas recorrentes na literatura sobre juventude, demonstrando a compatibilidade das reflexões realizadas nessa etapa da vida, como a confiança que os jovens possuem pelas instituições, suas perspectivas e insegurança em relação ao futuro, a insegurança com violência e críticas à cidade e as oportunidades geradas por ela.

Na pesquisa de Paiva (2013), observamos críticas nas falas dos jovens entrevistados acerca da política, quase sempre relacionadas com a corrupção. É frequente a exposição de que não participariam da política por suas baixas esperanças de que algo mudaria, tendo o entendimento de que os personagens que estão no poder buscam apenas o interesse próprio.

Sobre este tema, notamos que a percepção da corrupção é significativa na avaliação de valores comuns. Nas palavras de Filgueiras,

A compreensão da corrupção nasce de concepções consensuais definidas como valores normativos fundamentais, que têm uma natureza linguística originada comunicativamente de acordo com concepções de bom governo e só pode ocorrer no âmbito de uma sociologia das relações de poder, de acordo com as significações que ela pode assumir na sociedade (FILGUEIRAS, 2009, p. 398).

Com isso, no plano moral há o compartilhamento entre a juventude de valores acerca do que seria “certo” ou “errado” nas ações políticas. Tal compartilhamento não revela, porém, sua efetividade na prática, devido à dicotomia entre moralidade e

necessidade, conduzindo para uma tolerância da corrupção cotidiana (FILGUEIRAS, 2009).

É partilhado entre os jovens também a insegurança com relação à violência urbana, que afeta suas expectativas de vida e de convivência nos espaços da cidade, visto que o urbano deixa de ser referido somente a ideia de moderno, e passa a ser constituído das tensões pertencentes à cidade, para além do crime, abordando também o tema da sociabilidade (CARVALHO, 1995). Diante disso, a cidade tem se tornado “escassa” ao passo que não provê aos indivíduos bases da cidadania dando possibilidade ao princípio de igualdade, conforme notamos na preocupação dos jovens com relação ao futuro.

Entre a insegurança de viver plenamente a juventude por falta de locais está também a insegurança de se apropriar dos locais existentes. Fato compreendido pelo cenário macro da violência no Brasil. Segundo o Mapa da Violência de 2016, o maior crescimento de vítimas por armas de fogo no Brasil está concentrado na faixa de 15 à 29 anos, sendo que passou no “conjunto da população de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Mas, na faixa jovem, este crescimento foi bem maior: pula de 3.159 HAF, em 1980, para 25.255, em 2014: crescimento de 699,5%” (WASELISZ, 2016, p. 49). Mediante isso, é exposto pelos jovens o medo de frequentar locais pela possibilidade de se tornarem vítimas ao acaso.

Em conformidade, é reclamado pelos os jovens a falta de locais que possam vivenciar sua juventude sem permanecem intimidados pelo risco que correm. Segundo Khoury, “a cultura do medo constrói, assim, uma barreira invisível que separa as pessoas e as isola, fazendo-as temer a tudo e a todos e nunca confiar no outro” (KHOURY, 2011, p. 477), dificultando, assim, a existência de laços de solidariedade.

Por conseguinte, é perceptível entre os jovens a tendência de não quererem se envolver em debates pelo receio da discussão, mesmo que avaliem como sendo importante a política, mas a participação de alguns jovens é evitada, seja pela descrença que sua opinião seja válida ou por evitar o conflito. Sendo assim, a participação juvenil se mostra contraditória na dicotomia de identificar a necessidade da política na vida social, porém na prática não se envolverem pela falta de esperança de mudança.

Conclusão

A escola é um espaço no qual o encontro com o outro pode contribuir para o fortalecimento da comunidade e para o incremento de arranjos mais democráticos de participação e sociabilidade, isso através da criação de laços de solidariedade nas experiências cotidianas, sejam elas de engajamento político, cultural ou religioso, onde dentro do espaço escolar se encontram e há debate com os vínculos criados e que sofrem influência do território que estão inseridos.

No entanto, há ainda um abismo entre as potencialidades para uma vivência mais democrática que o espaço da instituição escolar pode oferecer, com o enfrentamento da realidade que a juventude está inserida. É visualizado no estudo que a solidariedade não se restringe a vivência e construção de sociabilidade dentro das paredes escolares, de súbito, podendo ser condicionada pelas demais atividades que pertencem ao cotidiano, como a prática de esportes.

Com o propósito de gerar ação coletiva, as experiências dos jovens devem ser conduzidas pelo debate, mas visto que eles tendem a se afastar de discussão, a instituição escolar tem um papel fundamental para propiciar essa prática, podendo ser feito pela aproximação nas decisões escolares visando a aproximação das expectativas dos jovens que a instituição atende.

Referências bibliográficas

- BURGOS, Marcelo Bauman. **Cidade, territórios e cidadania**. Dados, Rio de Janeiro, RJ, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- BURGOS, Marcelo Bauman. **Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia**. Dados, Rio de Janeiro, RJ, v. 55, n. 4, p. 1015-1054, 2012.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade escassa e violência urbana**. Série Estudos, IUPERJ: Rio de Janeiro, n° 91 / agosto de 1995.
- DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista de educação. Set /Out /Nov /Dez 2003, No 24.
- DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.
- DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

- DAYRELL, J.; GOMES, L. N.; LEÃO, G. **Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. Editora UFPR.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual.** Soc. estado, Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-486, dez. 2011.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- NUNO RAMOS et. al. **Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos.** Sociologia, Problemas e Práticas, 81 | 2016, 95-113.
- PAIVA, Angela Randolpho (Orgs). **Juventude, cultura cívica e cidadania.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa.** 9 ed. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 161-178, 1993 (editado em nov. 1994).
- TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade.** Tradução Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil.** Secretaria Nacional de Juventude, 2016.